



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO -
CAMPUS SERRINHA**

PAULA VANESSA DA SILVA SANTOS

**FORTALECIMENTO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA
FAMILIAR ATRAVÉS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**

**Serrinha- BA
2022**

PAULA VANESSA DA SILVA SANTOS

**FORTALECIMENTO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA
FAMILIAR ATRAVÉS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-*Campus* Serrinha, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientadora: Cassiana Mendes dos Santos Almeida

Serrinha-BA

2022

Santos, Paula Vanessa da Silva

S237f Fortalecimento de cooperativas e associações da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/ Paula Vanessa da Silva Santos.- Serrinha, Ba, 2022.

44p.; il.; color.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha.

Orientadora: Profa. Ms. Cassiana Mendes dos Santos Almeida

1. Cooperativas. 2. Associações. 3. Agricultura familiar. 4. PAA. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. II. Almeida, Cassiana Mendes dos Santos (Orient.). III. Título.

CDU: 334

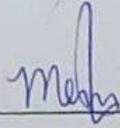
PAULA VANESSA DA SILVA SANTOS

**FORTALECIMENTO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA
FAMILIAR ATRAVÉS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**

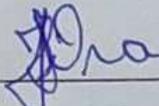
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia Baiano–*Campus Serrinha* como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM 08 / 11 / 2022

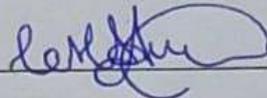
BANCA EXAMINADORA



Márcia Eliana Martins
IF Baiano - *Campus-Serrinha*



Jucimaria Santos Silva
COOPAF – Serrinha



Cassiana Mendes dos Santos Almeida
Orientadora

Serrinha – BA
2022

Aos meus pais, Gildásio e Adriana. Aos meus avós, Maria, José, Terezinha, Izanete, Rosalina (*in memóriam*) e ao meu saudoso avô Júlio (*in memóriam*). A todos que sempre estiveram comigo. E a mim mesma, por ter me permitido tentar e chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Meu Deus, por ter me sustentado até aqui e não me deixar desistir. O senhor foi o meu alívio nos momentos de maiores dificuldades.

A minha família, em especial "painho e mainha", por todo apoio e carinho.

Meu namorado, Willian, pela compreensão e companheirismo. Muitas vezes não compreendia as minhas necessidades, mas sempre me apoiou.

Minha orientadora Cassiana Mendes pela paciência e dedicação. Saiba que és uma inspiração para mim, como mulher, como profissional e cidadã.

Aos meus mestres, por tantos ensinamentos e pela confiança em mim depositada.

Aos/às colegas de turma, por todos os momentos de partilha, em especial: Alexandre, Breno, Deise e George, que iniciaram essa tarefa árdua comigo, sempre dispostos a me ajudar.

Maria Laiane (MIGA - como nos chamamos carinhosamente), minha confidente, uma verdadeira amiga para todas as horas. Muito obrigada por tudo!

Aos que muitas vezes desacreditaram de mim, minimizaram minhas lutas diárias, meu cansaço, minha ansiedade, meu muito obrigado! Vocês com certeza, só me impulsionaram a continuar e não desistir jamais.

E a todos/as, que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse trilhar esse caminho e chegar até aqui.

GRATIDÃO A TODOS/AS VOCÊS!!!

“Sonhos determinam o que você quer.
Ação determina o que você conquista”.

- *Aldo Novak*

SANTOS, Paula Vanessa da Silva. **Fortalecimento de Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)**. 44 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus Serrinha, Serrinha, BA*, 2022.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender quais as possíveis contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento de Cooperativas e Associações. Para alcançá-lo foram definidos três objetivos específicos: caracterizar as estratégias e formas de comercialização dos produtos das cooperativas e associações antes do PAA; perceber as mudanças que o PAA proporcionou às cooperativas e associações; e identificar os desafios enfrentados pelas cooperativas e associações junto ao PAA. Para alcançar tais objetivos, o método utilizado foi a Pesquisa Bibliográfica, onde foram investigados, em plataformas acadêmicas como *Scielo*, *Google Acadêmico* e *Periódico Capes*, artigos que tivessem como finalidade embasar os temas e discussões aqui dispostos. Em seguida, visando filtrar os resultados da pesquisa em cada plataforma, foram catalogados os artigos que tivessem o título mais aproximado do tema. Com base nos resultados da pesquisa bibliográfica, é possível perceber que o PAA promove melhoria na qualidade de vida e trabalho para os produtores da agricultura familiar, aumentando sua renda e assegurando alimentação de qualidade para todos. Este programa se mostra como uma ferramenta para enfrentamento à fome e a pobreza, na promoção de novas oportunidades e ações que superem as desigualdades sociais, dando autonomia para as pessoas do campo terem suas necessidades atendidas, qualidade de vida, acesso a educação de qualidade, segurança, lazer, saúde, saneamento básico e principalmente alimentação saudável.

Palavras-Chave: Cooperativas. Associações. Agricultura Familiar. PAA.

SANTOS, Paula Vanessa da Silva. Strengthening of Cooperatives and Family Farming Associations through the PAA (Food Acquisition Program). 44 p. Work Course Conclusion (Technologist in Cooperatives Management) Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano - *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2022.

ABSTRACT

The main objective of this work was to understand the possible contributions of the Food Acquisition Program (PAA) for the strengthening of Cooperatives and Associations. In order to achieve it, three specific objectives were defined: to characterize the strategies and forms of commercialization of the products of cooperatives and associations before the PAA; perceive the changes that the PAA provided to cooperatives and associations; and identify the challenges faced by cooperatives and associations with the PAA. To achieve these objectives, the method used was the Bibliographic Research, where articles that were intended to support the themes and discussions set out here were investigated on academic platforms such as Scielo, Google Scholar and Periodical Capes. Then, in order to filter the search results on each platform, the articles that had the closest title to the topic were cataloged. Based on the results of the bibliographic research, it is possible to see that the PAA promotes an improvement in the quality of life and work for family farmers, increasing their income and ensuring quality food for all. This program is shown as a tool to fight hunger and poverty, promoting new opportunities and actions that overcome social inequalities, giving autonomy to rural people to have their needs met, quality of life, access to quality education, safety, leisure, health, basic sanitation and especially healthy food.

Keywords: Cooperatives. Associations. Family Agriculture. PAA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa mental sobre o PAA	26
Quadro 1 - Descrição das fases e a utilização dos processos	15
Quadro 2 - Detalhamento dos trabalhos selecionados para a fundamentação.....	16
Quadro 3 - Modalidades do PAA	28
Quadro 4 - Recursos aproximados para o PAA durante os anos.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
METODOLOGIA.....	14
CAPÍTULO 1 - AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL ATÉ O ANO DE 2003.....	18
CAPÍTULO 2 - SURGIMENTO DO PAA E AS MUDANÇAS PROPOSTAS PARA COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR	23
2.1 Breve histórico do cenário brasileiro quando da criação do PAA: emergência ao acesso à segurança alimentar e nutricional	23
2.2 PAA: conceitos, ações e incentivos à Agricultura Familiar	25
2.3 Impactos do PAA nas Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar	30
CAPÍTULO 3 - DESAFIOS DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DIANTE DO ENFRAQUECIMENTO DO PAA NOS ÚLTIMOS ANOS	35
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no fortalecimento de Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar brasileiras, e foi motivada por três situações:

- a) Enquanto acadêmica no Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, tive a oportunidade de estudar diversos temas, no entanto, este, me permite uma maior aproximação com a realidade vivenciada por muitas pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de me proporcionar uma análise crítica acerca de uma política pública que mudou a ação de diversas Cooperativas e Associações, na conjuntura da Agricultura Familiar, nas últimas décadas no Brasil.
- b) Além disso, nasci e cresci numa comunidade rural, a qual tem uma Associação atuante, e que já desenvolveu ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entregando alimentos aos moradores. Mesmo não conhecendo a fundo as políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar, fui provocada a refletir sobre o papel desses programas junto a sujeitos que organizam sua vida a partir do campo e que, muitas vezes, ficam secundarizados quando se trata de acesso aos próprios direitos.
- c) O fato de proporcionar o aumento do acervo de estudos envolvendo o referido tema, além da importância na formação de estudantes do IF Baiano e de outras instituições, bem como no desenvolvimento de sua consciência social em relação a essa temática.

Desse modo, no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas do IF Baiano, *Campus Serrinha*, fui provocada a pensar sobre a implementação de Políticas Públicas voltadas para o fortalecimento das comunidades rurais, que por muito tempo sofreram com a falta de estruturação e desenvolvimento de ações sustentáveis para a promoção desse meio. Dentro desse contexto, percebi que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiu como uma das ferramentas viáveis para incentivar o desenvolvimento socioeconômico dessas localidades, calcadas na perspectiva do agricultor, na garantia de mercados institucionais; na perspectiva do consumidor, na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Portanto, à medida que cria mercados para a agricultura familiar e fomenta um dinamismo produtivo, conseqüentemente gera renda para os agricultores familiares, revelando resultados satisfatórios nas comunidades alcançadas pelo programa.

Nesse sentido, o presente estudo busca compreender como o PAA se tornou referência, levando uma oportunidade de estruturação e desenvolvimento das comunidades rurais e buscando ressaltar a importância do papel das Associações e Sociedades Cooperativas no

campo da promoção desse programa, tendo em vista o fator organização social como determinante para a construção de bases sólidas para o fortalecimento do PAA. Através da aquisição dos produtos, surgiu uma via de mão dupla, em que o Programa foi estruturado e auxiliou na consolidação dessas instituições.

Dentro desse contexto, o PAA se mostra como um dos fatores geradores de mudanças positivas na vida dos agricultores familiares atendidos pelo programa, como consequência das movimentações sociais e reivindicações para melhorias no campo, uma vez que, a população oriunda desses espaços era carente de um olhar mais abrangente para suas reais necessidades. Diante da relevância deste tema para a sociedade, tendo a busca do conhecimento bibliográfico acerca do tema, é de suma importância lançar mão dessa pesquisa, tendo como objetivo a ampliação das discussões acerca desse tema e o embasamento para pesquisas e estudos futuros. Desse modo, foi levantado o seguinte **problema de pesquisa**: como o PAA tem contribuído para o fortalecimento de Cooperativas e Associações? A **hipótese** é a de que o PAA tem contribuído para o fortalecimento e desenvolvimento de Cooperativas e Associações, visto que é uma Política Pública voltada para a Agricultura Familiar e, conseqüentemente, gera renda e proporciona a segurança alimentar e nutricional para as famílias.

Dessa forma, o **objetivo geral** é compreender quais as possíveis contribuições do PAA para o fortalecimento de Cooperativas e Associações. No sentido de alcançar o propósito da pesquisa, apontamos os seguintes **objetivos específicos**: a) caracterizar as estratégias e formas de comercialização dos produtos das cooperativas e associações antes do PAA; b) perceber as mudanças que o PAA proporcionou às cooperativas e associações; c) identificar os desafios enfrentados pelas cooperativas e associações junto ao PAA.

Para alcançar o propósito final desta pesquisa, o presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: a princípio, é apresentada a Metodologia, em que é relatada quais são os tipos de pesquisa e quais foram os materiais e métodos utilizados no decorrer do estudo, para levantamento e análise dos dados; o Capítulo 1, intitulado “**As estratégias de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar no Brasil até o ano de 2003**”, apresenta a discussão principal em torno da Agricultura Familiar e quais eram as estratégias adotadas antes de 2003, ou seja, antes do surgimento do PAA. Em seguida, o Capítulo 2 com o título “**Surgimento do PAA e as mudanças propostas para Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar**” está dividido em 3 subtítulos: *2.1 Breve histórico do cenário brasileiro quando da criação do PAA: emergência ao acesso à segurança alimentar e nutricional* que, como o próprio título pressupõe, trata sobre a história do PAA e em qual contexto ele foi implantado; *2.2 PAA: conceitos, ações e incentivos à Agricultura Familiar*, discute os conceitos relacionados ao

programa e as ações desenvolvidas frente à agricultura familiar; 2.3 *Impactos do PAA nas Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar*, apresenta quais foram as suas principais contribuições para as organizações sociais. O Capítulo 3, intitulado "**Desafios das Cooperativas e Associações diante do enfraquecimento do PAA nos últimos anos**", trata dos limites e possibilidades para essas organizações na comercialização nos dias atuais e como o PAA atua para o fortalecimento das mesmas. Por fim, as **Considerações Finais** abordam as principais conclusões que o trabalho trouxe para o estudo acerca da Gestão de Cooperativas, no âmbito das políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar.

METODOLOGIA

Para desenvolver a presente pesquisa, o método utilizado foi a Pesquisa Bibliográfica que, segundo Gil (2002, p.44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Este método tem o objetivo de reunir as informações que auxiliarão na construção da proposta feita a partir de determinado problema.

Assim, buscando analisar as estratégias da agricultura familiar na atividade de comercialização a partir do PAA, fez-se uso da abordagem qualitativa, na qual a coleta e análise das informações permanecem em relações mútuas com as ideias. Possibilitando o trabalho com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem ao espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2001, p. 22).

Quanto ao seu caráter, este trabalho é definido como pesquisa exploratória que, de acordo com a mesma autora, têm como objetivo possibilitar maior aproximação com o problema e buscar hipóteses neste estudo. Dentro desse campo, procura-se compreender como Cooperativas e Associações se relacionam com as ações ligadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e quais são suas possíveis contribuições.

Inicialmente foi realizada a busca de materiais nas seguintes plataformas acadêmicas: Periódico Capes, *Google Acadêmico* e *Scielo*. O objetivo foi obter, para a leitura, trabalhos já realizados que abordassem o tema aqui proposto, para auxiliar a autora na construção das discussões decorrentes do tema.

O processo identificatório para seleção dos trabalhos foi realizado com base nos títulos, resultados e discussões, considerando apenas os que trouxessem como abordagens principais a agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o cooperativismo e o

associativismo. Para a busca nas plataformas utilizou-se as palavras-chave, “Agricultura Familiar e PAA” e “Comercialização e Agricultura Familiar”, de forma conjunta.

Ao final deste processo, 63 materiais foram selecionados, tendo como critério de inclusão os estudos em português, logo após 52 foram descartados, pois estes, não se adequaram ao critério, assim, restando 11 trabalhos para análise. O **Quadro 2** apresenta uma descrição detalhada dos textos selecionados.

Após o processo de seleção, os materiais foram lidos procurando identificar quais as contribuições de cada um para a realização deste estudo. No **Quadro 1**, estão descritas as fases do processo de levantamento bibliográfico para fundamentação.

Além dos estudos feitos nesses materiais bibliográficos, houve também levantamento de dados em sites, os quais podem ser vistos nas referências. Neles foi possível verificar dados anteriores ao lançamento do PAA e como este tem contribuído com a população até os dias atuais. Além disso, foram utilizados artigos que não são citados ao longo do trabalho, os quais, entretanto, serviram de suporte para a escrita.

Quadro 1 - Descrição das fases e a utilização dos processos

FASES	COMO FOI UTILIZADO
Fase 1- Pesquisa realizada nas bases do Google Acadêmico, Scielo e Periódico Capes.	Palavras-chave: "Agricultura Familiar e PAA"; e "Comercialização e Agricultura Familiar".
Fase 2- Seleção dos estudos.	Procedimentos utilizados para realizar a pesquisa: Estudos em português.
Fase 3- Processo identificatório.	Abordagens: Agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos; Cooperativismo; e Associativismo.
Fase 4- Análise.	11 trabalhos selecionados para análise.

Fonte: Mota (2022), adaptação da Autora (2022).

Quadro 2 - Detalhamento dos trabalhos selecionados para a fundamentação

REFERÊNCIA	TÍTULO	OBJETIVO
ALVES; VIEIRA; SILVA; FERREIRA (2011)	O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	Averiguar as potencialidades e desafios do associativismo frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) voltado para a agricultura familiar.
ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI (2017)	Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores.	Analisar o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na diversificação da produção, autoconsumo e segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores.
SAMBUICHI et al. (2019)	Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: Modelo lógico, resultados e desafios de uma Política Pública voltada ao Fortalecimento da Agricultura Familiar.	Fazer análise do PAA, modalidade de compra com doação simultânea (CDS).
TINOCO (2008)	Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica.	-----
MAYORGA; OLIVEIRA (2005)	Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: um estudo de caso.	Analisar os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola, no Município de Mauriti no Estado do Ceará, com foco na cadeia produtiva da banana, do referido Município.
SILVA; LORENZO; NASCIMENTO (2022)	Estrutura organizacional do programa de aquisição de alimentos (PAA) no plano municipal: casos comparados.	Verificar quais os fatores inerentes à estrutura organizacional e operacional dos agentes executores do Programa de Aquisição de Alimentos PAA.
SALES (2010)	Cooperativismo: origens e evolução.	Abordar o contexto da época do surgimento do cooperativismo e o cenário atual.
PERIN et al. (2022)	Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares.	Analisar os principais benefícios e desafios do PAA para seus beneficiários fornecedores.
SILVA; GRZEBIELUCKAS; SANTOS (2019)	Benefícios e entraves do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT.	Identificar as percepções dos agricultores familiares quanto aos benefícios e entraves do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Diamantino -MT.
HESPANHOL (2013)	Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar	-----
KIYOTA; GOMES (1999)	Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema.	Compreender as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para se inserirem no processo de comercialização visando a sua sobrevivência nesse setor.

Fonte: Mota (2022), adaptação da Autora (2022).

Os trabalhos detalhados no **Quadro 2** foram de grande importância para a formação crítica do que é o PAA, como ele contribui e quais são os desafios observados diante da redução orçamentária imposta pelas ações do governo atual. As análises e informações apresentadas pelos trabalhos selecionados trazem um contexto histórico de como era a vida dos agricultores familiares no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional, as atividades de comercialização e de produção até 2003¹, e como estes, a partir do PAA, puderam viver com dignidade e pensar para além das condições nas quais foram inseridos ao longo dos anos.

Portanto, os textos descritos no **Quadro 2** foram utilizados para a construção dos capítulos seguintes, pinçando trechos que seriam utilizados para a análise proposta nos objetivos do trabalho. Para tanto, foi feito um cruzamento entre teoria, análise, resultados e discussões, pois esses três aspectos serão comumente apresentados nos capítulos, sem uma divisão de seções.

¹ Período em que foi lançado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

CAPÍTULO 1 - AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL ATÉ O ANO DE 2003

Compreender o que é a Agricultura Familiar e qual é sua importância é fundamental para entender a sua contribuição para o desenvolvimento do meio rural brasileiro. O conceito Agricultura Familiar tem origem latina e significa “arte de cultivar os campos”. É uma atividade desenvolvida há milhares de anos e é responsável pela produção de alimentos, como verduras, legumes, frutas e cereais, para consumo da população. É o cultivo da terra desempenhado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra, principalmente, a família, o que a difere da Agricultura Patronal², que utiliza trabalhadores contratados, em propriedades médias ou de grande porte (AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, p.33).

Carmo (1999), abordando o perfil da agricultura brasileira, se refere à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção / rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados (CARMO, 1999 *apud* TINOCO, 2015, p. 1).

Os princípios da Agricultura Familiar não se fundamentam apenas pelo retorno econômico, atendem também às demandas da família. Nesse meio tem-se a gestão, que é o ato de administrar os recursos disponíveis, gerir pessoas ou ações com algum objetivo, seja para benefício próprio ou de uma organização. Na Agricultura Patronal a gestão da produção e o trabalho desenvolvido pelos funcionários não se interligam, pois, como o próprio nome pressupõe, esse controle e gerenciamento é feito pelo patrão e o trabalho, pela mão de obra contratada. Já na Agricultura Familiar essas características são concernentes. Pois a gestão é feita pelos próprios agricultores e seus familiares, que também são os responsáveis pela produção dos alimentos (Revista de Política Agrícola, 2004, p. 21).

Assim, a maioria das definições de agricultura familiar adotadas em trabalhos recentes sobre o tema, baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da

² A Agricultura Patronal também é reconhecida como convencional e atualmente se caracteriza no Agronegócio ou *Agrobusiness* - termo americano para identificar a agricultura no capitalismo enquanto negócio. Como pode ser visto na Revista de Política Agrícola (2004), esse conceito gira em torno da completa separação entre gestão e trabalho e traz destaque para as práticas agrícolas padronizáveis, na especialização e na centralização dos recursos.

propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento (Idem, *ibidem*).

Ao longo da história, diversos estudos revelaram as deficiências existentes na base da agricultura familiar no Brasil desde a década de 1980, consequência das desigualdades sociais existentes no meio rural brasileiro. Os agricultores familiares tinham grandes dificuldades para acessar, por exemplo, as linhas de crédito e acabavam sendo prejudicados pelas crises que atingiram o setor agrícola naquele período. Desassistidos pelo poder público e sem incentivo para o desenvolvimento, esses agricultores representavam uma grande parcela da população que se encontrava em situação de vulnerabilidade social.

Segundo Zimmermann,

Nos primeiros anos da década de 1990, ainda não existiam políticas públicas, de abrangência nacional, que beneficiassem as demandas de agricultores familiares ou atendessem a estas. As políticas existentes, até então, apresentavam características que acabavam por excluir essa categoria, acarretando assimetrias relacionadas ao desenvolvimento rural do país (ZIMMERMANN, 2008, p.12).

Diante disso, os movimentos de organização social existentes no meio rural intensificaram e direcionaram suas reivindicações para a criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Isto resultou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, que tinha como objetivo financiar projetos, individuais e/ou coletivos, que gerassem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

O surgimento do PRONAF foi importante, pois reafirmou o quão é necessário o pequeno produtor familiar para a alimentação da população. Ainda hoje, o PRONAF objetiva construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o consequente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida para todos (FETAG ALAGOAS, 2022). No entanto, os movimentos sociais que lutam pelos direitos dos agricultores familiares começaram a exigir ações para além do PRONAF, pedindo assistência a fatores que eram uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento da agricultura familiar, como a comercialização, o acesso aos mercados, o alto preço dos insumos e a desvalorização dos seus produtos.

Antes de 2003, quando o PAA foi criado, os agricultores familiares escoavam seus produtos principalmente através dos atravessadores; que são agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas, como intermediários entre os produtores e os consumidores (MAYORGA; OLIVEIRA, 2005). Outro meio de comercialização utilizado era através das Cooperativas e Associações. Naquele período essas organizações não tinham rentabilidade suficiente para competirem com as grandes empresas, por causa dos pequenos agricultores, que eram, maioria no quadro social, não permitindo um maior rendimento financeiro que possibilitasse o mesmo aumento apenas com seus próprios recursos. Apesar disso, muitos agricultores tinham a cooperativa como fundamental para a comercialização de seus produtos porque, ainda que não fosse muito o retorno, eles tinham a garantia de iriam vender e receber determinada quantia em datas estabelecidas.

Uma grande parte dos agricultores buscava a comercialização com os pequenos comércios locais e com os empreendimentos que os compunham, como mini supermercados, mercearias, hortifrutis, restaurantes e hotéis, porque a quantidade de produção não era tão grande e a negociação era melhor, já que estes comércios eram mais razoáveis em relação às leis sanitárias e às embalagens, por exemplo. Mas, mesmo nesses pequenos comércios, há exigências para a entrega e qualidade do produto, e quando isso não pode ser assegurado, preferem comprar os produtos de outros lugares, para não deixarem de “servir” os consumidores e clientes (KIYOTA; GOMES, 1999).

No entanto, esses agricultores complementavam a comercialização de seus produtos por meio das feiras municipais e vendas em domicílio. As feiras, além de ser um canal de comercialização, fortaleciam e proporcionavam a divulgação dos produtos ao público, a fim de identificar as preferências dos consumidores. As vendas em domicílio eram em pequenas quantidades, apenas para consumo doméstico. Vendiam-se frutas de pomar, ovos, frangos caipiras, verduras, dentre outros produtos. Nenhum dos agricultores mantinham apenas um desses meios para escoar seus produtos, ao contrário, procuravam estabelecer outras relações de comercialização. Essas relações faziam com que o produtor se aproximasse dos consumidores, propiciando um aprendizado que contribuía para a melhora e qualidade de seu produto, e conseqüentemente aumentava a renda da família, fortalecia os grupos, gerava e girava a economia local e regional (Idem, *ibidem*). Todos os canais de comercialização daquela época que foram descritos acima, ainda são muito utilizados atualmente.

Para além das discussões sobre os agricultores familiares tradicionais, outra prática também conhecida hoje e que serviu muito para comercialização dos produtos dos agricultores, são as empresas integradoras que fornece ao produtor integrado os insumos, a alimentação, a

assistência técnica, o transporte, as matérias-primas, dentre outras ferramentas para produzir exclusivamente para ela. Os chamados produtores integrados, sabem que vão produzir, entregar e receber e serão remunerados de forma fixa. Isso possibilita a perspectiva dos pagamentos.

Nestas condições, o processo produtivo passa a ser determinado pelas prescrições externas das empresas que estruturam o ritmo e as tarefas da atividade produtiva (Sorj *et al.*, 1982). Entretanto, a desapropriação do conhecimento tradicional e a imposição do ritmo de trabalho não implicam que o trabalhador não possua ainda certas características e conhecimentos que lhe são próprios. Trata-se, porém, de limites muito estreitos de autonomia no processo produtivo, sem lhes dar reais condições de influir seja nas determinações mais gerais da utilização dos insumos, seja na aplicação de capacidade inovadora (Idem, *ibidem*, p. 46).

Os agricultores geralmente optam por essas atividades pelo conforto, bem-estar e segurança da garantia dos insumos, da orientação técnica ofertada, da comercialização e escoamento dos produtos, por saber geralmente os períodos de entrada de recursos e principalmente por seu bom rendimento financeiro (KIYOTA, GOMES; 1999).

Todavia, apesar de importantes, esses canais de comercialização e do crédito ofertado pelo PRONAF, não seriam o suficiente para garantir a continuidade da produção e tornar sustentáveis as ações de fomento da agricultura familiar. De acordo com Silva, Grossi e França (2010)

Uma contribuição nesse sentido veio em 2003, com a criação do Programa Fome Zero (PFZ), que se tornou a principal política da área social de governo desse período, quando o país passou a investir de forma mais articulada na criação, na implementação, na ampliação e no acompanhamento de políticas e programas governamentais voltados a essa questão. Entre as ações estratégicas e estruturantes do PFZ, destaca-se o PAA (SILVA, GROSSI E FRANÇA, 2010, p.13).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é caracterizado como sendo um programa que, em virtude das ações que protagoniza, associa o ato de produzir com o de consumir, assim, beneficiários do programa podem ser categorizados em dois conjuntos: os fornecedores que são os agricultores familiares que muitas vezes fazem parte de Cooperativas e/ou Associações, que produzem e vendem seus produtos para o Programa; e os consumidores beneficiados que são os próprios produtores e pessoas em situação de insegurança alimentar, que estão inseridas, por exemplo, nas escolas públicas, abrigos, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, dentre outros espaços.

Diante disso, nota-se que as dificuldades pertencentes à falta de políticas públicas destinadas à agricultura familiar podem ser apontadas como a principal fundamentação para a criação do PAA. Contudo, destaca-se ainda o papel das Cooperativas e Associações como espaço de organização social e reivindicação de melhorias no meio rural. Neste contexto, avaliar como o PAA contribuiu e tem contribuído para o fortalecimento dessas Cooperativas e Associações é imprescindível, pois aponta as mudanças que ocorreram nesse meio e na vida dos beneficiários. Além de destacar sua importância para o desenvolvimento rural por meio de iniciativas endógenas, a exemplo da economia local, que gira através da comercialização da produção nas próprias comunidades.

Entretanto, apesar da grande e crescente quantidade de pesquisas envolvendo o PAA, poucos trabalhos visam avaliar de forma detalhada, como o mesmo pode fortalecer a missão das Cooperativas e Associações. Dentro desse contexto, esta pesquisa é fundamental pois, apresentará como o estudo desse tema é importante para provocação de maiores discussões envolvendo o PAA, tendo em vista, que muitas pessoas (até beneficiárias) desconhecem o programa e o quão importante é o mesmo, para o combate das desigualdades sociais e promoção da segurança alimentar e nutricional para todos.

CAPÍTULO 2 - SURGIMENTO DO PAA E AS MUDANÇAS PROPOSTAS PARA COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 Breve histórico do cenário brasileiro quando da criação do PAA: emergência ao acesso à segurança alimentar e nutricional

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, por meio do artigo 19 da Lei nº 10.696³, e possui duas temáticas principais, sendo uma delas, promover o acesso à segurança alimentar e nutricional para todos e todas.

Essas discussões se intensificaram no Brasil na década de 1990 e dentre as diversas manifestações populares na cobrança pela erradicação da pobreza, uma delas teve bastante significado: a campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. Idealizada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, esse movimento combatia a fome de 32 milhões de brasileiros na época, dado que levou o Brasil a entrar no Mapa da Fome⁴. Tal campanha foi fundamental para melhorar e dignificar um pouco a vida das pessoas abaixo da linha da pobreza. Com o lema “Quem tempo fome tem pressa”, ele mobilizou a sociedade em um movimento nacional de arrecadação de alimentos.

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida se transformou no movimento social mais reconhecido do Brasil. Seu principal eixo de atuação é uma extensa rede de mobilização formada por comitês locais da sociedade civil organizada, em sua maioria compostos por lideranças comunitárias, mas com participação de todos os setores sociais (AÇÃO DA CIDADANIA, 2021).

No âmbito do governo federal, a discussão sobre segurança alimentar e nutricional entrou na agenda Estatal, a partir de 2003, com o início da gestão do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, culminando na criação do Programa Fome Zero. Trinta dias após assumir o governo, Lula anunciou o Programa Fome Zero, que tinha como objetivo principal integrar políticas de emergência para o combate à fome. O referido Programa deu início a uma série de ações que tiraram o Brasil do Mapa da Fome.

De acordo com o Instituto Lula

³ Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

⁴ O Mapa da Fome propicia doações de alimentos através de uma plataforma que tem a função de mapear e conectar os doadores dos alimentos com os que mais precisam.

No Brasil, no início de 2003, 44 milhões de pessoas viviam com menos de 1 dólar ao dia, em situação de insegurança alimentar. Até janeiro de 2004, o programa beneficiaria 11 milhões de pessoas em 2.369 municípios, concentrados especialmente no semiárido e nas regiões mais pobres do Nordeste brasileiro. Nesse período, seria criado o Cartão Alimentação, para possibilitar às famílias a compra direta de alimentos, e o Programa de Aquisição de Alimentos, com compras públicas dirigidas para a agricultura familiar (INSTITUTO LULA, 2022).

O Programa Fome Zero enfrentou sérias dificuldades em sua implementação. Mesmo assim, a possibilidade de garantir renda mínima para as famílias mais pobres, se aperfeiçoou e foi o embrião do Programa Bolsa Família, implantado em janeiro de 2004, que veio a se tornar o maior e mais capacitado programa de transferência de renda do mundo. Programas sociais como Bolsa Família⁵, Luz Para Todos⁶, o Programa 1 milhão de Cisternas (P1MC)⁷, Prouni⁸, dentre tantos outros, transformaram e deram novo sentido a vida de milhões de pessoas, pois, sem a preocupação com a possibilidade de não ter o que comer, milhões de famílias puderam pensar nos estudos, comprar o que almejavam, até abrir seu próprio negócio e viver de maneira digna, tendo acesso à segurança, saúde, educação, lazer e tudo mais que é de direito do povo.

É preciso ressaltar que

O Brasil foi historicamente marcado pela fome, mesmo sendo um grande produtor e exportador de alimentos. Em 2003, o presidente Lula lança a estratégia Fome Zero para evidenciar a prioridade do combate à fome e mobilizar a sociedade. Com os governos do PT, graças à ampliação do acesso à renda, aliada ao fortalecimento da Agricultura Familiar com programas como o PRONAF, Garantia Safra, PAA e o PNAE (Alimentação Escolar), com forte impacto na produção de alimentos, o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas. A fome no Brasil caiu 82% entre 2003 e 2014, ano do anúncio da FAO/ONU (INSTITUTO LULA, 2022).

No entanto, a realidade vivenciada por nós brasileiros hoje, é completamente diferente. A pobreza e a fome retornaram em decorrência do aumento do nível de desemprego, com a redução dos recursos destinados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com os cortes em programas estratégicos como o PRONAF e outras ações de apoio às cooperativas da agricultura familiar.

⁵ Programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído no Governo Lula.

⁶ Programa que visa levar eletrificação a áreas remotas e com tarifas subsidiadas pelo Governo Federal e governos estaduais.

⁷ Consiste na construção de cisternas para captação de água das chuvas para a população do semiárido brasileiro.

⁸ O Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma iniciativa do governo federal para facilitar o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior.

Dada essa contextualização sobre o cenário brasileiro na construção de Políticas Públicas para o combate à fome, no próximo tópico será tratado sobre a segurança alimentar e nutricional, este diz respeito ao reconhecimento por parte do Estado sobre a importância econômica e social desempenhada pela agricultura familiar.

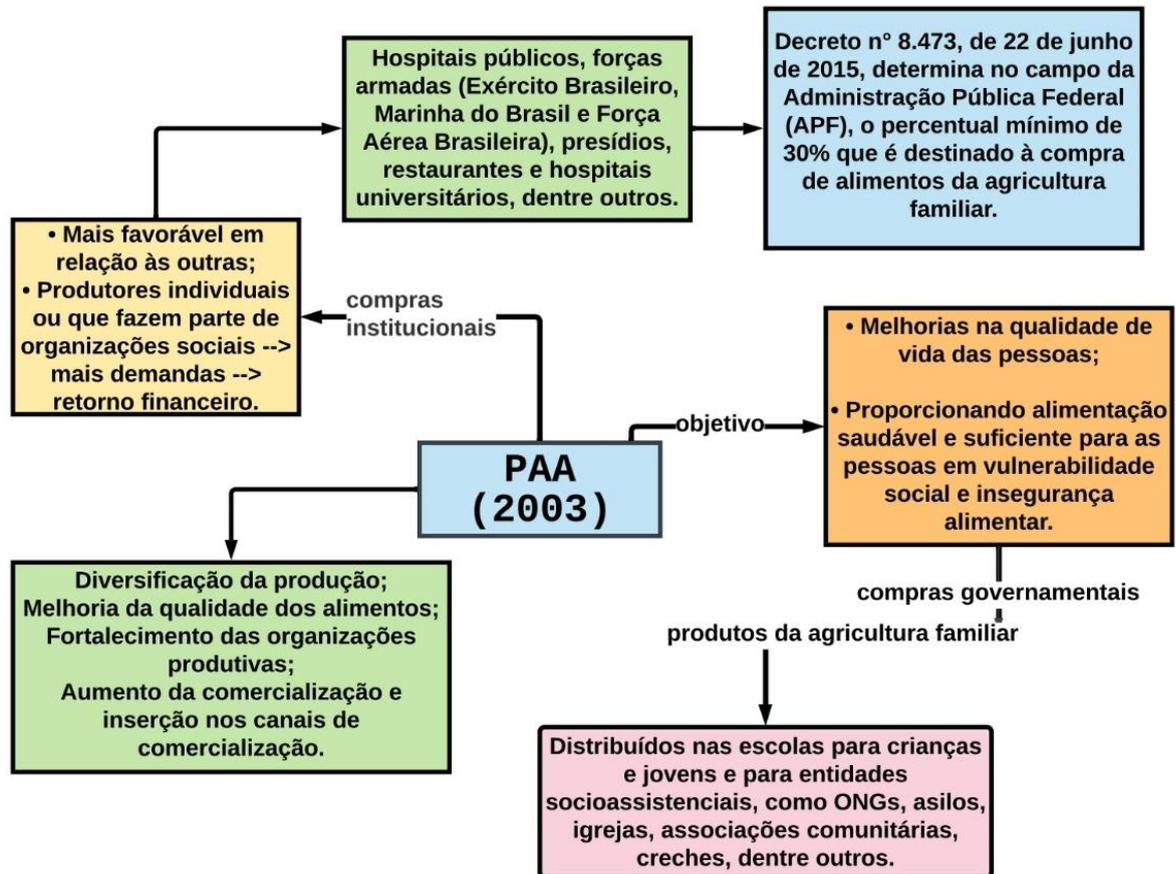
2.2 PAA: conceitos, ações e incentivos à Agricultura Familiar

Diante das solicitações feitas pelos agricultores familiares, junto ao governo federal que demonstrava se preocupar com a população em situação de fome e insegurança alimentar, surge em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), voltado para melhoria relativas à qualidade de vida das pessoas, buscando proporcionar alimentação saudável e suficiente para as pessoas em vulnerabilidade social e insegurança alimentar, por meio da compra governamental de produtos da agricultura familiar que são distribuídos nas escolas para crianças e jovens e para entidades socioassistenciais, como ONGs, asilos, dentre

outros.

Para melhor explicar sobre o PAA, logo abaixo está um mapa mental que traz informações sobre o objetivo do programa, onde estão os beneficiários, além de explicar qual a modalidade mais favorável e o porquê.

Figura 1 – Mapa mental sobre o PAA



Fonte: Autora (2022).

O PAA contribui para a geração de renda das famílias, pois as mesmas comercializam seus produtos, tendo fonte de renda e comida na mesa. O programa compra alimentos produzidos pelos agricultores familiares e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública de ensino (MDA, 2012).

Ao ser criado, a intenção era favorecer o homem e a mulher do campo, apresentando oportunidades palpáveis para comercialização da produção através de compras governamentais, com contratos pensados tendo como base a realidade de cada localidade, visto que, muitas vezes, ocorrem perdas por falta de canais de escoamento da produção. Além disso, o programa garante também a segurança alimentar e nutricional de famílias, crianças e adolescentes através de doação dos produtos da agricultura familiar à organizações públicas de assistência social, a exemplo de creches, escolas, asilos, igrejas, associações comunitárias, dentre outras.

O PAA representou uma inovação, em sua concepção de política pública, ao propiciar o diálogo entre as demandas de acesso aos alimentos das populações

em situação de insegurança alimentar e a garantia de mercado para os produtos da agricultura familiar. Ensejou outro importante avanço, rompendo a barreira institucional da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 8.666/1993), assegurando a dispensa de licitações desde que os preços não fossem acima dos praticados no mercado. Também criou uma nova oportunidade para os mercados institucionais da agricultura familiar, pois estes foram fortalecidos em 2009 com a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a criação da Lei n. 11.947, que passou a determinar que no mínimo 30% dos recursos federais da alimentação escolar fossem para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar (SILVA; LORENZO; NASCIMENTO, 2022, p.104).

Desde sua elaboração e instituição, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) esteve dando suporte, além de outras organizações da sociedade civil. Contava também com o apoio de Ministérios do Governo Federal, Estaduais e Municipais, sendo que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), era o agente executor responsável pelo encadeamento e fomento de ações que assegurassem a Segurança Alimentar e Nutricional. Já a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) era a organização responsável pela instituição da regulamentação técnica e das modalidades de acesso ao programa, além de executar o PAA junto com os governos estaduais e municipais. O Programa era gerido pelo MDA e pelo MDS até o início do ano de 2019, até esses Ministérios serem desmontados e terem suas funções absorvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério da Cidadania.

Para o alcance de todos os objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em seis modalidades de acesso, sendo elas: Compra direta da agricultura familiar (CDAF); Compra com doação simultânea (CDS); Apoio à formação de estoque; Compra institucional; Aquisição de sementes e Incentivo à produção e consumo de leite (PAA Leite).

O **Quadro 3**, a seguir, representa melhor tal organização:

Quadro 3 - Modalidades do PAA

MODALIDADES	Compra direta da agricultura familiar – CDAF.	Compra com doação simultânea – CDS	Compra Institucional	Aquisição de sementes	Apoio à formação de estoque	Incentivo à produção e consumo de leite – PAA Leite
OBJETIVOS	Sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pela gestão do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação.	Promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local.	Atendimentos de demandas regulares de consumo de gêneros alimentícios por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.	Garantir a produção de alimentos saudáveis pela Agricultura Familiar e gerar renda às famílias.	Propiciar aos agricultores familiares instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor.	Contribuir para o abastecimento alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade social, além de incentivar a produção de leite pelos agricultores familiares.
PRODUTOS ADQUIRIDOS	Arroz, feijão, milho, trigo, farinha de mandioca, farinha de trigo, castanha de caju.	Alimentos in natura e processados.	Grãos, mel, hortaliças, frutas, polpas de frutas, laticínios, panificados.	Sementes de feijão, de milho, arroz, cebola, hortaliças, castanhas e sorgo.	Castanhas, polpas de frutas, farinha de mandioca, feijão.	Leite de vaca e cabra.
BENEFICIÁRIOS	Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, ou podem ser utilizadas para compor as cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.	Pessoas em situação de insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino.	O agricultor familiar, os órgãos governamentais e os consumidores.	Famílias de agricultores familiares inscritos no Cadastro Único, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.	Famílias de agricultores familiares.	Consumidores do programa, famílias registradas no Cadastro Único, com prioridade para famílias com perfil do Bolsa Família e indivíduos atendidos pela rede de assistência social.
ÓRGÃO EXECUTOR	Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).	Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Estados e Municípios.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).	Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).	Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).	Estados da Região Nordeste e Norte de Minas Gerais.
FORMA DE ACESSO	Individualmente, grupos informais, cooperativas e associações.	Individualmente, grupos informais, cooperativas e associações.	cooperativas e associações.	cooperativas e associações.	cooperativas e associações de produtores.	Individualmente, grupos informais, cooperativas e associações.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012), adaptação da Autora (2022).

Como é possível perceber, essas modalidades se diferem por seus objetivos, pelos tipos de produtos adquiridos, como acontece essa aquisição, pelo destino dado aos produtos e pela operacionalização e execução do programa. O objetivo comum dessas modalidades é atender principalmente às demandas dos grupos sem segurança alimentar, além das entidades da rede socioassistencial. Então, o Grupo Gestor do PAA (GGPAA⁹) define, entre as redes pública e filantrópica, quais instituições devem ser abastecidas.

Diante disso, pode-se compreender que a atuação do PAA, possibilitou aos agricultores familiares que produzem individualmente, através de grupos informais ou que fazem parte de Cooperativas e Associações, mudanças significativas na visão socioeconômica e no desenvolvimento rural sustentável. Com sua chegada permitiu ajudar aos pequenos produtores familiares, que têm dificuldades de acessar os benefícios financeiros federais e canais de comercialização. Os benefícios mais notórios são a diversificação da produção, melhoria da renda, melhoria da qualidade dos alimentos, fortalecimento das organizações produtivas, aumento da comercialização, estímulo ao autoconsumo, a aproximação entre produtores e consumidores e a inserção nos canais de comercialização (PRIORE; FRANCESCHINI, 2017).

Pode-se notar, mediante as informações do **Quadro 3**, principalmente no tocante aos objetivos, que a modalidade Compra Institucional é uma das mais favoráveis em relação às outras, pois é através dela que os produtores individuais ou que fazem parte de organizações sociais, têm mais demandas e retorno financeiro. Isso se dá, porque esta modalidade possibilita a venda dos produtos para instituições por meio do PAA e do PNAE. As instituições com permissão para comprar são as que fornecem alimentação, a exemplo de hospitais públicos, forças armadas (Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira), presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020). Além disso, o Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 determina, no campo da Administração Pública Federal (APF), o percentual mínimo de 30% que é destinado à compra de alimentos da agricultura familiar.

Dentro desse contexto, o PAA permite que os produtores invistam nas suas propriedades, por meio da aquisição de ferramentas e maquinários, possibilitando uso de novas técnicas na produção, que conseqüentemente impactam na melhoria do processo produtivo. Outros benefícios condizem com melhores condições de vida, produção diversificada, acesso à

⁹ O GGPAA é um Grupo Gestor, órgão colegiado de caráter deliberativo, é formado por representantes dos Ministério da Cidadania; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. Tem como objetivo principal orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando-o por meio de suas resoluções.

assistência técnica e extensão rural; à informação e formações; gestão da qualidade dos produtos, dentre outros. Portanto, se constitui como uma importante iniciativa pública no sentido de possibilitar aos seus beneficiários – fornecedores e recebedores – estratégias para se fazer uma agricultura com inclusão social e principalmente atender a questão da segurança alimentar e nutricional.

Como já colocado, os agricultores familiares se organizam de diferentes formas para acesso ao PAA, a exemplo de Cooperativas e Associações. Sendo assim, no ponto a seguir, será tratado sobre essa forma de organização e os impactos do referido programa.

2.3 Impactos do PAA nas Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar

Num mundo em que as relações humanas se apresentam cada vez mais competitivas, algumas alternativas são construídas para que ações coletivas sejam desenvolvidas, de maneira mais equilibrada entre os sujeitos. O associativismo e o cooperativismo são exemplos dessas organizações que têm como fim o bem comum.

A associação é uma espécie de canal ao conhecimento que estimula os participantes na tomada de decisão a partir do que é vivenciado pelo grupo, sem sobrepor-se ao interesse do outro. As associações têm um papel fundamental na sociedade, pois, através de sua representatividade atuante e efetiva, é possível alcançar resultados no âmbito social, político, ambiental e econômico para a comunidade.

O associativismo, de acordo com Alencar (1997, p.7 *apud* LAZZAROTTO, 2000), refere-se à atividade humana desenvolvida em um grupo social, que é constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais. Dentre os objetivos das associações o autor destaca o de representação dos interesses dos associados, considerado central pelo menos nos estatutos. O associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade. A criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem (ALVES; VIEIRA; SILVA; FERREIRA, 2011, p.75).

Em um espaço associativo comunitário, é possível encontrar diversas visões e concepções sobre o mundo e as discussões atuais. Seu principal objetivo é agregar esforços e práticas dos próprios agricultores, em favor da melhoria na qualidade de vida, segurança dos seus direitos e desenvolvimento sustentável da localidade.

Fundar uma associação rural bem organizada constitui-se uma possível ferramenta para os agricultores familiares avançarem e colocarem em prática suas experiências. Como exemplo de bons resultados a partir do associativismo em comunidades camponesas, pode-se citar os serviços de Assistência Técnica¹⁰ e Extensão Rural¹¹, que muitas vezes chegam através da articulação de associações. Tais serviços auxiliam no processo de desenvolvimento rural, possibilitando melhores condições para que o produtor familiar cresça ainda mais e amplie suas rotas de comercialização, oferta formações e oficinas para aperfeiçoar técnicas de manejo e como acessar mercados institucionais como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garantem o escoamento dos produtos e renda para as famílias (SENAR Goiás, 2016).

Ademais, com o intermédio da organização dos produtores de associações, é possível adquirir insumos para produzir, equipamentos com menores preços, partilha de tratores para cultivo do solo por exemplo, além de terem mais força para reivindicar junto às esferas de governo, vereadores e deputados, melhorias para sua região, como estradas, escolas, postos de saúde, entre outros.(SENAR Goiás, 2016).

Outra alternativa ao modelo de comercialização neoliberal, são as Cooperativas rurais que surgem buscando beneficiar o pequeno agricultor, possibilitando que ele escoe sua produção e a compra de matéria-prima e de insumos. Segundo Sales (2010), o cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades, ou seja, é um meio para que um grupo de pessoas alcance objetivos comuns por meio de acordos e colaboração de todos os envolvidos.. Para alcançar esses objetivos, a Cooperativa desenvolve atividades voltadas ao crédito, prestação de serviços, consumo, produção e comercialização para seus cooperados.

Os princípios básicos que direcionam o cooperativismo e são fundamentais para que as cooperativas coloquem em prática os seus valores pautados pela liberdade, democracia, equidade, solidariedade e justiça social, são: a adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; intercooperação; educação, formação e informação; interesse pela comunidade (SALES, 2010).

A diferença entre o capital de uma cooperativa e o gerado por uma empresa privada é que esse rendimento não fica concentrado na mão de um "dono". Toda a *sobra*, como é chamado

¹⁰ Conjunto de atividades que exploram a comunicação, a capacitação e a prestação de serviços aos produtores rurais e o planejamento das atividades preservando e recuperando o solo e os recursos naturais.

¹¹ Serviço de educação formal, de caráter contínuo para os produtores rurais.

o lucro no cooperativismo, é dividido entre os cooperados (idem, ibidem). Essas organizações vão além de uma estratégia contra o desemprego e a fome. Elas se tornaram uma ferramenta para promoção do desenvolvimento econômico, social e local de muitos grupos sociais.

Nesse cenário, o agricultor busca aumentar a sua atividade produtiva por meio do ingresso em cooperativas e associações. Essa alternativa possui vários benefícios, dentre eles estão o acesso ao crédito e a novas tecnologias, vantagens fiscais e oportunidade de ingresso em outros comércios. Portanto, quem opta por se tornar um cooperado/a, consegue comercializar mais produtos e melhorar a rentabilidade. (JACTO, 2020).

O cooperativismo na agricultura familiar é um dos pilares para o desenvolvimento sustentável. Ao impulsionar e fortalecer essas organizações, a economia e a geração de renda local também são potencializadas. É necessário retificar que o fato do agricultor familiar fazer parte de uma cooperativa ou associação, não significa que ele teve todas as suas necessidades atendidas e seus objetivos alcançados. Todavia, pode apontar que encontra-se em um processo evolutivo, já que, em conjunto com outras pessoas, conseqüentemente, terá mais força para reivindicar seus direitos e alcançar os objetivos estabelecidos.

A partir do PAA, as cooperativas e associações tiveram crescimento e benefícios que as fortaleceram. Do ponto de vista econômico e ambiental, passaram a diversificar a produção, variando os produtos cultivados pelo agricultor. Tiveram incentivo para a produção agroecológica e orgânica e a possibilidade do agricultor escoar sua produção no município onde reside ou nas proximidades, diminuindo custos logísticos.

Os estudos mostraram que, ao longo de sua trajetória, o PAA promoveu ganhos de caráter econômico, social e ambiental. Do ponto de vista econômico, foram observados relatos acerca do aumento da renda de agricultores familiares, o que permitiu a estes uma melhoria nas condições de vida em geral (PERIN et al., 2022, p.9).

Da perspectiva socioeconômica, tiveram o aumento da comercialização e garantia de venda dos produtos comprados pelo PAA, ocasionando na diminuição da venda para atravessadores. Preço justo dos alimentos comprados pelo programa. Houve a inserção dos produtos em outros mercados como feiras e atacados, a partir de mudanças fomentadas pelo PAA, como: aumento e/ou diversificação da produção e melhoria na qualidade do produto. E principalmente, acesso a outros programas como o PNAE, PRONAF, Assistência Técnica e outros programas de governos estaduais e locais voltados para a agricultura familiar (PERIN et al., 2022, p. 15).

A organização produtiva e burocrática fomentada pelo PAA criou condições, em determinadas realidades, para que as famílias produtoras acessassem outros programas públicos, como políticas de crédito, assistência técnica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). São programas que promovem aumento da renda dando condições para que as famílias aumentem seu poder de compra e de investimento (PERIN et al., 2022 *apud* CAMARGO et al., 2013; OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017; GRISA et al., 2016, p.16).

A partir disso, houve a criação e fortalecimento de mais organizações formais de agricultores (cooperativas/associações) a fim de comercializarem para o PAA, e melhoria na qualidade dos itens produzidos.

Desde o seu lançamento, em 2003, os recursos destinados pelo governo federal cresceram constantemente até 2006; e de maneira mais pausada continuou até 2012, quando chegou ao teto de R\$1,2 bilhão (BRASIL DE FATO, 2020).

A seguir, um quadro que melhor representa os recursos investidos pelo governo federal para o PAA ao longo dos anos.

Quadro 4 - Recursos aproximados para o PAA durante os anos

ANO	VALOR
2003	R\$ 90 milhões
2006	R\$ 200 milhões
2012	R\$ 586 milhões
2018	R\$ 80 milhões
2019	R\$ 41 milhões

Fonte: Brasil de Fato (2020), adaptação da Autora (2022)

Como é notório no **Quadro 4**, os valores investidos no PAA cresceram de maneira considerável até 2012. Em 2018 houve uma queda significativa e em 2019 comparado ao ano de 2012 houve uma queda de recursos de 93%. Em 2012, 128,8 mil agricultores familiares

foram beneficiados com 297 mil toneladas de alimentos adquiridos por meio das compras feitas pela CONAB por meio de compras públicas (BRASIL DE FATO, 2020).

Nos dias atuais, segundo dados da Ação da Cidadania (2022), o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil revelou que há 33 milhões de famintos no país. São 14 milhões de novos brasileiros passando fome em pouco mais de 1 ano. Apenas 4 entre 10 famílias, têm pleno acesso à alimentação. Mesmo plantando, ganhando um salário mínimo, muitas pessoas não têm comida na mesa. Infelizmente, o país retrocedeu em muitos sentidos, mas o pior deles sem dúvida é no que diz respeito à fome e à miséria.

É incompreensível que, em pleno século XXI, com tantos avanços, milhares de famílias estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional. É dever do Governo Federal zelar pelo bem-estar da população. Entretanto, o mesmo corta os programas sociais, aumenta os preços dos alimentos e principalmente não gera emprego para os cidadãos. Atualmente, 20 anos após a criação da campanha "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida", a fase mais crítica da luta pelo combate à fome no Brasil está encaminhada.

A redução dos recursos destinados para tal programa, tem causado impactos socioeconômicos nas atividades realizadas através do PAA, como: as dificuldades para garantia de acesso aos mercados institucionais, a não distribuição de alimentos saudáveis às entidades socioassistenciais, que é um dos principais eixos do programa. Esses alimentos garantem o direito das pessoas à alimentação adequada e suficiente, propiciando uma qualidade de vida melhor. Essas dificuldades, conseqüentemente, desmotivam o/a agricultor/a familiar, principal ator/atriz social do programa, já que através dele é possível girar a cadeia produtiva e a economia local e assegurar a segurança alimentar e nutricional para todos e todas.

Pode-se perceber que ao longo da sua história, o PAA se mostra como uma ferramenta para enfrentamento à fome e a pobreza, na promoção de novas oportunidades e ações que superem as desigualdades sociais, dando autonomia para as pessoas do campo terem suas necessidades atendidas, qualidade de vida, acesso a educação de qualidade, segurança, lazer, saúde, saneamento básico e principalmente alimentação saudável.

CAPÍTULO 3 - DESAFIOS DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DIANTE DO ENFRAQUECIMENTO DO PAA NOS ÚLTIMOS ANOS

Atualmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), enfrenta dificuldades para expandir o combate à fome e à pobreza no Brasil e para fortalecer a agricultura familiar, devido aos cortes dos recursos para programas de atendimento à agricultura familiar no Brasil. Como já foi mencionado no capítulo anterior, houve uma redução significativa dos valores disponibilizados para a execução do programa entre 2003 (período que foi lançado) e 2019.

Na maioria das análises feitas nos materiais de estudo, os principais entraves compreendidos, tanto pelos produtores individuais, quanto pelas organizações Cooperativistas e Associativistas, são: a morosidade e transtornos quanto ao pagamento, burocracia demasiada na documentação para acesso ao programa, a dificuldade de conseguir estar de acordo com esses documentos e também no preenchimento do mesmo, pouca divulgação sobre o programa, preço dos produtos sem atratividade, as dificuldades de transporte e armazenamento dos produtos, devido a situação de nem sempre o participante ter um transporte adequado para a logística desses produtos. Assim, muitos deixam de participar do programa por não possuírem um veículo para tal função. Silva *et al* (2019) *apud* Carvalho (2017) identificou que um dos maiores entraves para participação no programa é o transporte, posto que existem produtores que optam por interromper suas entregas quando não possuem qualquer veículo de transporte (SILVA, GRZEBIELUCKAS, SANTOS, 2019, p. 181).

Outro problema muito comum é a falta de acesso a outras políticas públicas que são importantes para apoiar e manter o funcionamento do PAA. Sambuichi *et al.* (2019) *apud* Rambo (2016) destacam que as principais dificuldades relatadas pelos agricultores familiares assentados da reforma agrária, entrevistados no município de Tangará da Serra, Mato Grosso, é o pouco acesso a outras políticas de incentivo, como crédito, seguro agrícola e habitação; e a ausência de assistência técnica durante a produção dos alimentos, pois se houvesse esse acompanhamento, reduziria os riscos sob a produção. Segundo Silva, Grzebieluckas e Santos (2019, p. 181):

este entendimento corrobora com Sangalli et al (2014) e Sambuichi et al (2014), os quais declaram que a assistência técnica melhoraria a organização e a produção, proporcionando maior qualidade aos produtos e orientando um planejamento produtivo familiar mais adequado.

Além disso, a falta de informações sobre o programa, a falta de organização dos produtores locais em Cooperativas e Associações, somado ao baixo volume de produção são alguns dos fatores que comprometem a entrega dos produtos, dificultando a liberação do recurso por parte do órgão gestor do programa (SILVA; FERREIRA, 2016).

Outro fator não favorável, são os valores do PAA Compra Institucional, por exemplo, que saltaram de 1% em 2012 para 25% em 2017, em relação aos recursos aplicados pelas modalidades operadas com orçamento específico do programa, segundo relatório da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas – Fian Brasil (BRASIL DE FATO, 2020):

O PAA fortalecia mais as associações de agricultores familiares e foi perdendo espaço para a modalidade de compra institucional. Isso gerou uma mudança no impacto do programa para as organizações que são da agricultura familiar, uma grande mudança na forma como o programa era concebido. A gente tem uma perda muito grande das associações, das cooperativas (BRASIL DE FATO, 2020).

As demandas e os critérios trazidos nas chamadas públicas para participação na modalidade de compras institucionais se adaptam principalmente para as famílias mais com empreendimentos mais desenvolvidos, esquecendo exatamente dos pequenos produtores, os quais deveriam ser os mais assistidos e beneficiados.

No entanto, a principal dificuldade é a redução do volume de recursos disponibilizados para o programa. A modalidade que mais sofreu com os cortes foi a compra com doação simultânea, em que o governo adquire os produtos oriundos da agricultura familiar e os doam para as pessoas em situação de insegurança alimentar, através de instituições socioassistenciais como creches, asilos, hospitais públicos, restaurantes populares, dentre outros.

A dificuldade de acesso, somada à limitação de recursos, contribui para a baixa taxa de cobertura do programa constatada nas pesquisas. O estudo de Simão, Silva e Silveira (2014), por exemplo, apesar de ter encontrado alta taxa de focalização nos municípios mais necessitados, mostrou que, do ponto de vista da distribuição geográfica dos recursos, a taxa de cobertura foi baixa em algumas mesorregiões do estado analisado. Similarmente, Salgado et al. (2017) constataram que, em geral, o nível de cobertura do programa se mostrou baixo diante das necessidades que as regiões mais carentes apresentam em relação a investimento em políticas de SAN e de apoio à agricultura familiar (SAMBUICHI, 2019, p. 39).

Esses problemas revelam os impasses para a operacionalização do PAA, porque, ao mesmo momento que o programa busca otimizar a produção e promover a organização dos

agricultores seja individualmente ou em cooperativas e associações, vê-se as deficiências existentes, como a falta de organização do próprio programa, transformando as exigências burocráticas em obstáculos para acesso do público-alvo, principalmente nas operações realizadas por meio de cooperativas e associações.

Reduzir as exigências burocráticas poderia ser um caminho para melhorar a efetividade e facilitar o acesso ao PAA. Porém, a crescente pressão dos órgãos de controle do Estado para que os operadores do programa tenham mais rigor no acompanhamento e na fiscalização do cumprimento das normas para aplicação dos recursos, justificada pela necessidade de reduzir os riscos de fraudes e desvios, não permitiu ainda ao PAA avançar muito nesse sentido. Alternativamente, se faz necessária uma proximidade cada vez maior dos órgãos de assistência técnica com os produtores, para ampliar sua capacidade de participação no programa, consolidar mercados e fortalecer as organizações produtivas dos agricultores (Idem, *ibidem*).

Apesar dos desafios enfrentados diariamente pelas cooperativas, associações e produtores individuais, é possível perceber que houve e há um fortalecimento da agricultura familiar, levando em consideração a segurança alimentar dos participantes do programa, a segurança financeira que o PAA proporciona, a garantia de mercado, dentre outros subsídios assegurados pelo programa.

Muitas vezes, as pessoas olham para o meio rural e não enxergam nada além da escassez de água, de alimento e meios de sobrevivência. Isso acontece principalmente por conta da falta de olhares que enxerguem essas pessoas como seres humanos que merecem viver com dignidade e de implementação de políticas públicas para subsídios dos mesmos. Políticas essas que, geralmente, são direcionadas para as grandes propriedades que produzem e exportam em grande escala.

Para Maluf (2001), a criação do PAA tem como objetivo romper com o círculo vicioso da fome, provocado pela falta de políticas que criem novas oportunidades de emprego e renda, evidenciando assim uma forma integrada de se pensar tanto as políticas sociais como aquelas destinadas à agricultura, já que privilegia a agricultura familiar. Isso porque, viabilizar a produção agro-alimentar é, ao mesmo tempo, enfrentar a pobreza rural e um dos principais focos de insegurança alimentar" (HESPANHOL, 2013, p.471).

Como pode ser visto, o PAA cumpre em parte (diante do cenário socioeconômico atual em que vivemos com tantas pessoas passando fome, por que para que o programa atue com eficiência e eficácia, é necessário que o governo federal apoie as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e SAN) com o seu objetivo, que é romper com o ciclo da fome, que

acontece principalmente pela falta de políticas públicas destinadas a criar oportunidades para os trabalhadores do campo. Demonstra-se a importância que as compras vindas do governo, assumem ao promover e incentivar a produção diversificada, a produção de alimentos que atendem o consumo das famílias, além de promover a valorização do cooperativismo e associativismo da agricultura familiar, propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições socioeconômica dos produtores do campo.

Ao longo de sua trajetória, o PAA mostrou-se uma estratégia capaz de promover a estruturação de cadeias produtivas, além de vários benefícios na área social, como a acessibilidade à alimentação saudável e melhoria da saúde pública. Assim, é fundamental que o Estado assuma a responsabilidade de apoiar o programa, aumentar os recursos econômicos e manter forte e efetiva essa política importante para a agricultura familiar. É preciso apoiar este programa para continuar a fortalecer e incentivar os agricultores familiares e melhorar a qualidade de alimentação de pessoas em situação de risco alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender quais as possíveis contribuições do PAA para o fortalecimento de Cooperativas e Associações. E com a trajetória percorrida, verificou-se como essas organizações buscavam as rotas de comercialização e como se dava essa via antes do PAA ser lançado, além de ter demonstrado as mudanças que o mesmo proporcionou para organizações produtivas e os desafios enfrentados perante as limitações orçamentárias do programa.

Após concluir o estudo desenvolvido, é possível afirmar que o PAA promove melhoria na qualidade de vida e trabalho para os produtores da agricultura familiar, aumentando sua renda e assegurando alimentação de qualidade para todos, destacando-se como uma alternativa efetiva e que cumpre com suas propostas, todavia, não é uma ferramenta de transformação sem imperfeições na vida dos agricultores. Uma forma de torná-la ainda melhor, seria aumentar a fiscalização nas propriedades que participam e dos produtores individuais, tendo mais contato com o agricultor familiar para que ele se sinta membro fundamental para execução e continuidade do PAA, contar com uma equipe de assistência técnica que possa orientar o produtor no desenvolvimento de suas atividades e sobretudo, evitar atrasos de pagamento, pois isso acaba desmotivando o agricultor, afetando a renda da família e, conseqüentemente, atrasando a produção.

Pode-se dizer que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados. Houve algumas dificuldades devido aos poucos trabalhos que tratam sobre a comercialização antes do PAA e a comercialização hoje, mas, conforme apresentado no decorrer da escrita, foi possível perceber como ele está estruturado e suas nuances. A metodologia foi ideal para alcançar os objetivos, pois me auxiliou e orientou sobre qual direção adequada a ser seguida para concluir com êxito esta pesquisa.

Sabemos que a agricultura familiar é muito importante para a produção agrícola, por ser a principal fornecedora de produtos básicos para alimentação humana, alimentos saudáveis e fonte de renda para as famílias. Porém, está ainda não é vista de maneira prioritária, diferentemente da agricultura patronal, que fica com a maior parte do orçamento público. Para que haja uma mudança, é necessário que os governos passem a enxergar os agricultores familiares como protagonistas sociais do processo de desenvolvimento local. É necessário não pensar o desenvolvimento da agricultura familiar apenas do ponto de vista econômico, mas principalmente, como sociedade, como cultura e meio ambiente, colocando em discussão e na

prática, necessidades e potencialidades que as pessoas compreendem nesses importantes espaços.

A pesquisa foi fundamental para dar ainda mais destaque ao Programa de Aquisição de Alimentos, bem como pensar e refletir sobre sua atuação. Enquanto estudante e futura profissional da área cooperativista, a mesma me permitiu uma experiência e interação com a prática de pesquisa, sobre as questões de políticas públicas e de programas governamentais e sociais. Possibilitou e me incentivou a desenvolver ainda mais a consciência social frente aos problemas sociais e as lutas para assegurar o direito dos indivíduos, buscando sempre melhores condições de vida.

Diante disso, enxergo uma nova perspectiva em relação ao meu desenvolvimento, pois esse estudo contribuiu muito para o meu crescimento enquanto estudante, profissional e ser humano, que enxerga os problemas pertinentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

AÇÃO DA CIDADANIA. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/>. Acesso em: 14 set. 2022

Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. s.d. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://portalidea.com.br/cursos/957c7f36952b7752f8f45bb73ca4e454.pdf&ved=2ahUKewiJj6bms7X7AhX7ILkGHRZXBbkQFnoEAcQAQ&usq=AOvVaw1vtg_iNR-3NWLGHpJrxD9S. Acesso em: 04 nov. 2022.

ALVES, Venícios Oliveira. VIEIRA, Naldeir dos Santos. SILVA, Telma Coelho da. FERREIRA, Palloma Rosa. O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 66–88, 2011. DOI: 10.21118/apgs.v3i1.4040. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4040>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues. PRIORE, Silvia Eloíza. FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2017, v. 22, n.2, pp.617-626. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZZJFFCtLGfBxxzhQnQFnK6K/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 05 maio 2022

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 2007-2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2022

Banco do Brasil, Diretoria de Agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, n.4, out./nov./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/590/539>. Acesso em: 13 set. 2022

CALÇADO, Airton Cardoso. GONTIJO, Mário César Hamdan. Princípios Cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. S.d. Disponível em: https://www.cooperabaete.com.br/wp-content/uploads/2019/01/principios_cooperativos_e_legislaao_brasileira.pdf. Acesso em: 21 set. 2022

FILHO, José Maria Dias. A Pesquisa Qualitativa sob a Perspectiva da Teoria da Legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidenciamento contábil. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 9, n. 1, p. 72-86, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/13370/a-pesquisa-qualitativa-sob-a-perspectivada-teoria-da-legitimidade--uma-alternativa-para-explicar-e-predizer-politicas-de-evidenciacao-contabil>. Acesso em: 07 maio 2022

GIL, A. C. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. São Paulo, Atlas, 2002.

GILBERT, C. G. (2006). Unbundling the structure of inertia: Resource versus routine rigidity. *Academy of management journal*, 48(5), 741-763. Acesso em: 10 out. 2022

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza [online]**. 2013, v. 25, n. 3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/B36qfftFW6HZMBQVCX4z4Vm/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 13 out. 2022

INSTITUTO LULA. Disponível em: <https://institutolula.org/sob-desmonte-programa-fome-zero-completa-19-anos>. Acesso em: 15 set. 2022

JACTO. Entenda a importância do cooperativismo na agricultura familiar. 2020. Disponível em: <https://blog.jacto.com.br/cooperativismo-na-agricultura/#:~:text=O%20cooperativismo%20na%20agricultura%20familiar,com%20que%20as%20compras%20ocorram>. Acesso em: 10 out. 2022

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – região sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras**, v. 1, n. 2, p. 43-54, ago./dez. 1999. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/download/294/291>. Acesso em: 20 ago. 2022

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute. SCHELLER, Morgana. BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigações** - v.14 - n.2 - jul/dez 2015. Disponível em: <https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771#:~:text=Assim%2C%20pode%2Dse%20dizer%20que,apreens%C3%A3o%2C%20compreens%C3%A3o%20e%20an%C3%A1lise%20de>. Acesso em: 06 maio 2022

MARTINS, Kamila Anielle dos Santos. BERNARDI, Lucas Giovanni Pastore. THOMSON, Carolina Rios. **Limitações e potencialidades do Programa De Aquisição De Alimentos (PAA) em diferentes regiões do Brasil**. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/1B/5_Kamila_Martins.pdf. Acesso em: 19 set. 2022

MAYORGA, Maria Irlés de Oliveira; OLIVEIRA, Antônio Dimas Simão de. **Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: um estudo de caso**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 43., Ribeirão Preto-SP, 2005. Anais... Brasília-DF: SOBER, v. 1, p. 1-13, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/5335#:~:text=Os%20atravessadores%20s%C3%A3o%20agentes%20de,dos%20produtores%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0>. Acesso em: 25 ago. 2022

MELITO, Leandro. **BRASIL DE FATO**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/28/no-governo-bolsonaro-compras-publicas-de-alimentos-viram-lenda>. Acesso em: 28 set. 2022

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 10 out. 2022

Ministério da Cidadania. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 20 set. 2022

Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 13 jun. 2022

MOTA, Breno de Almeida. **Processo de Transformação Digital e seus Avanços para o Cooperativismo de Crédito**. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha. Serrinha, BA, 2022. Acesso em: 14 out. 2022

PERIN, Gabriela. ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souza de. SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos. SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Os Benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares. **Revista Retratos de Assentamentos**. Vol. 25 N.1 de 2022. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/498>. Acesso em: 19 set. 2022

SALES, João Eder. **COOPERATIVISMO: ORIGENS E EVOLUÇÃO**. 2010. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/cooperativismo/artigos/COOPERATIVISMO%20ORIGENS%20E%20EVOLUCAO.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. KAMINSK, Ricardo. PERIN, Gabriela. MOURA, Iracema Ferreira de. JANUÁRIO, Elisângela Sanches. MENDONÇA, Danilo Barbosa. ALMEIDA Ana Flávia Cordeiro de. **Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: Modelo lógico, resultados e desafios de uma Política Pública voltada ao Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, jul. 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf. Acesso em: 06 maio 2022

SENAR Goiás. **VANTAGENS DO ASSOCIATIVISMO RURAL**. Disponível em: <https://ead.senargo.org.br/blog/vantagens-do-associativismo-rural#:~:text=O%20associativismo%20proporciona%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,para%20o%20processo%20de%20comercializa%C3%A7%C3%A3https://ead.senargo.org.br/blog/vantagens-do-associativismo-rural#:~:text=O%20associativismo%20proporciona%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,para%20o%20processo%20de%20comercializa%C3%A7%C3%>. Acesso em: 30 ago. 2022

SILVA, José Graziano da. DEL GROSSI, Mauro Eduardo. FRANÇA, Caio Galvão de. (orgs.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília : MDA, 2010. Disponível em: <https://www.fao.org/3/a-i3023o.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022

SILVA, Juliana Bueno da. LORENZO, Helena Carvalho de. NASCIMENTO, Alessandra Santos. Estrutura organizacional do programa de aquisição de alimentos (PAA) no plano municipal: casos comparados. **Revista Brasileira Multidisciplinar**. Vol. 25, n.1, 2022. Disponível em:

<https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/1324#:~:text=Entre%20os%20resultados%20%C3%A9%20poss%C3%ADvel,ao%20inv%C3%A9s%20de%20unidade%20recedora>. Acesso em: 19 set. 2022

SILVA, Paulus Vinicius da. GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos. Benefícios e entraves do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT. **Revista NERA**. v. 22, n. 49, pp. 166-188. 2019. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5911/4912>. Acesso em: 10 out. 2022

SOUSA, Angélica Silva de. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. ALVES, Laís Hilário. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acesso em: 10 jun. 2022

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 2008. Artigo em Hypertexto. Disponível em:

http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm. Acesso em: 25 ago. 2022

YASBEK, Maria Carmelita. **O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 104-112, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/zWvSrxLjdLrRtCGXFZVvWhH/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022